

IX Cetic defende valorização profissional e desenvolvimento

Foto: Beatriz Arruda



A nona edição do Congresso Estadual Trabalho–Integração–Compromisso, promovido pelo SEESP, aconteceu entre 10 e 12 de junho, na cidade de Barra Bonita. Durante a programação, tiveram destaque unidade de ação e os projetos voltados ao crescimento do País.

Páginas 4 e 5



UM CONGRESSO COM OS OLHOS NO FUTURO

O SEESP REALIZOU nos dias 10 a 12 de junho um magnífico encontro na cidade de Barra Bonita, reunindo dirigentes de todo o Estado e convidados de várias partes do Brasil, além de autoridades e especialistas nos temas em pauta. Na agenda do IX Cetic (Congresso Estadual Trabalho-Integração-Compromisso), projetos para o crescimento, a valorização e a construção de uma sociedade melhor (*leia cobertura completa nas páginas 4 e 5*). Contagiado pelo otimismo dos que acreditam e têm disposição de trabalhar para ver suas ideias concretizadas sem temer os obstáculos, o congresso abordou uma forte plataforma de atuação, à qual a entidade deve continuar se dedicando.

Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente

Em primeiro lugar, o aprimoramento contínuo da ação sindical, visando a efetiva valorização dos profissionais, com a conquista permanente de melhores salários e condições de trabalho. Nesse esforço, é de extrema importância o fortalecimento de todo o aparato de representação dos engenheiros, o que inclui, além do SEESP, a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), e a aliança ao conjunto do movimento sindical, hoje protagonista destacado da democracia brasileira. Ponto de pauta relevante é ainda o reco-

nhecimento do engenheiro como quadro estratégico ao desenvolvimento. E aqui entram duas frentes de ação fundamentais. A primeira delas, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006 pela FNE, contando com o engajamento total do SEESP. A iniciativa que se mostrou vitoriosa vem nestes mais de cinco anos sendo atualizada e fortalecida, transformando-se em instrumento de mobilização pela construção do Brasil próspero, justo e soberano que tanto almejamos. A segunda, mais recente, é o Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), em fase de implantação pelo sindicato, que oferecerá

Contagiado pelo otimismo dos que acreditam e têm disposição de trabalhar para ver suas ideias concretizadas, o IX Cetic abordou uma forte plataforma de atuação do sindicato.

cursos de graduação, pós, em seus diversos níveis, e extensão universitária. A proposta é criar uma referência no ensino de engenharia, que não só tenha padrão de excelência, mas que seja uma marca de inovação. Deve assegurar uma formação que garanta ao estudante competências exigidas neste século XXI. Por fim, também faz parte dessa pauta de valorização dos engenheiros e de seus colegas da área tecnológica a necessidade de transformar o sistema profissional que agrega essas categorias. O Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e os Creas (Conselhos Regionais) precisam ser colocados a serviço dessa agenda que tem os olhos no futuro e no bem da coletividade.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Lucélia de Fátima Barbosa. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Matheus Santos Conceição e Luis Henrique Costa. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 31.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** 16 a 30 de junho de 2011. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



O DESAFIO DO NOVO *Código Florestal* BRASILEIRO

Marco Aurélio Cabral Pinto

AS REGRAS PARA A PROTEÇÃO FLORESTAL NO PAÍS foram instituídas durante o primeiro ciclo da era Vargas (Decreto Federal nº 23.793/34). Isso se deu mediante apoio técnico de cientistas e naturalistas, muitos dos quais imbuídos da importância de se conservar as espécies nativas, e não apenas aquelas que pudessem oferecer lenha.

O tempo passou e a crescente insatisfação com a não aplicação do código encorajou o então presidente Eurico Gaspar Dutra a enviar novo projeto ao Congresso Nacional. Imaginava-se à época que pequenas mudanças poderiam dar novo ânimo à implementação da política florestal. O projeto tramitou pelo Legislativo por mais de dez anos sem resultados concretos. Em 1965, finalmente foi sancionado através da Lei nº 4.771, vigente até hoje.

De 1965 até 2000 a lei foi sendo pontualmente alterada. Em 2000, o Código Florestal passou por outra profunda reforma, mediante Medida Provisória, o que passou a gerar enfrentamentos abertos entre “ruralistas” e “ambientalistas”, desencadeando-se situação insustentável e que passou a merecer resposta do Congresso Nacional.

A proposta apresentada pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) à Câmara dos Deputados foi negociada com os proprietários rurais visando-se efetiva implementação da lei, aparentemente contrariando a vertente “ambientalista”, que o acusa de atender aos interesses “de quem desmata”.

Ocorre que será a classe empreendedora rural brasileira diretamente responsável pela implementação do novo código, e não os “ambientalistas”. Esses últimos, frequentemente acusados de defender interesses não revelados e contrários ao desenvolvimento e a soberania sobre o nosso território. Não há registro no País de qualquer entidade fiscalizadora da governança dessas organizações não governamentais de origem estrangeira, o que não contribui para o esclarecimento público.

À parte o enorme esforço de consolidação de pacto político nacional para a implementação de regras de proteção florestal, o debate guarda ainda desafios que estimulam

a reflexão. Em primeiro lugar, tratando-se de cadeia produtiva, cumpre-se desenvolver tecnologias e capacidade instalada para: inventário de espécies; marcação de matrizes; coleta e armazenamento de sementes; certificação de não parentesco para espécies nativas; produção de mudas e controle do ciclo de crescimento; transporte e plantio de mudas; cuidados e manejo da floresta.

Dado que há variabilidade genética decorrente de adaptação a condições locais, ainda que se tratando de mesmo bioma, o desenvolvimento da cadeia produtiva para reflorestamento deve ser replicado ao longo do território nacional, de maneira a garantir preservação de biodiversidade e sucesso no reflorestamento. Surge daí a importância da discussão prévia de conformidade da qualidade da recomposição florestal. Decorre ainda o desafio de preservação e replicagem de espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção como forma de enriquecimento da qualidade (número de espécies por hectare).

Tem-se, além disso, necessidade de desenvolvimento tecnológico, não apenas de práticas florestais sustentáveis, mas também para adensamento de outras atividades agrossilvopastoris, que perderão área útil em

função da necessidade de recomposição de reserva legal, principalmente.

A implementação do Código Florestal depende ainda, entre outros, de apoio financeiro ao processo de recomposição florestal, considerando-se quem pode ou deve receber condições favorecidas de taxas, prazos e garantias. Entre os mais prejudicados, relativamente se encontrarão os pequenos produtores, principalmente os situados na região Norte, onde os requisitos de proteção florestal são maiores.

Finalmente, sem pretensão de esgotar a lista, encontra-se a necessidade de articulação entre prefeituras e estados, principalmente no que se refere às atribuições e fortalecimento de órgãos responsáveis pelo licenciamento e fiscalização ambiental. Muito provavelmente o País precisará de Centro de Monitoramento de Florestas, com emprego de técnicas de geração e processamento de imagens por satélite para apoio à fiscalização e ao planejamento público.

Em síntese, o Brasil precisa consolidar as conquistas até aqui realizadas e iniciar, o mais breve possível, a implementação de cadeias produtivas em novo paradigma tecnológico, distribuídas por todo o território nacional. Benefícios em termos de geração de emprego e renda, sobre recursos hídricos e clima, bem como tecnológicos são esperados e bem-vindos neste momento.

Marco Aurélio Cabral Pinto é professor da UFF (Universidade Federal Fluminense) e consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”



NAO TEM GRAÇA NENHUMA

MAIS UM TRABALHADOR RURAL FOI ASSASSINADO NO PARÁ.



O NOVO CÓDIGO FLORESTAL DEVERIA TER APENAS DOIS ARTIGOS.



PRIMEIRO: LIMITE PARA DESMATAR.



SEGUNDO: PROIBIÇÃO PARA MATAR!



UNIDADE NA DEFESA DOS ENGENHEIROS E DO PAÍS

Soraya Misleh

ESSA FOI A MENSAGEM dada durante o IX Cetic (Congresso Estadual Trabalho-Integração-Compromisso), realizado entre os dias 10 e 12 de junho, em Barra Bonita, interior de São Paulo. Sua importância foi pontuada em vários momentos e enfatizada pelo presidente do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

Contando com a participação de dirigentes sindicais de todo o Estado e do País, em sua nona edição, o evento que discute temas fundamentais à ação desse sindicato contou ainda com o apoio da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários) – ambas também sob o comando de Pinheiro. Extrapolando as fronteiras paulistas, estiveram em pauta assuntos de interesse nacional, não apenas da categoria, mas de toda a sociedade, como o relativo ao desenvolvimento sustentável do País.

À sua garantia, José Roberto Cardoso, diretor da Poli-USP (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo) e coordenador do Conselho Tecnológico Estadual do SEESP, insistiu na preocupação com a formação adequada em quantidade e qualidade dos profissionais da área tecnológica. E destacou: “O Estado precisa investir na educação em todas as suas modalidades.” Ele lamentou o fato de que, em *ranking* divulgado recentemente, nenhuma instituição brasileira encontrava-se entre as cem de destaque no globo. “Uma universidade pública paulista e brasileira, para chegar a ser de classe mundial, vai ter que buscar recursos na sociedade. E existe essa

possibilidade. Mas, para tanto, precisamos ter uma legislação que o permita”, alertou.

A importância de preparar a nova geração de engenheiros foi salientada à abertura do Cetic pelo presidente do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Marcos Túlio de Melo, assim como pelo secretário municipal de Esporte, Lazer e Recreação de São Paulo, Bebeto Haddad, levando-se em conta o aquecimento da economia nacional. O último deles acrescentou: “Vamos criar com a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016, dois eventos de magnitude mundial, 5,7 milhões de empregos, e os engenheiros participarão desse crescimento e da transformação desta nação. Tenho certeza que se um dia chegarmos a ser potência global, será com o impulso e a garra desses profissionais, cuja capacidade nos orgulha.”

Congresso reiterou necessidade de se formar mais e melhores profissionais para o desenvolvimento nacional.

Sobre o tema da formação, Zilmara Alencar, secretária nacional das Relações do Trabalho, apontou: “Dentro dessa reflexão sobre educação, também não temos que mudar o sistema a ponto de despertar lideranças dentro do nosso movimento?” Como resposta a sua própria indagação, ponderou: “O País precisa mudar e colocar nas academias uma visão pela coletividade. Isso associa-se à possibilidade da construção de projetos que possam alavancar crescimento isonômico.” Ainda na sua concepção, ao invés de importar mão de obra neste momento para suprir eventual escassez, o caminho é requalificar e dar oportunidade a brasileiros.

Para além dessa questão, na ótica de Jurandir Fernandes, secretário estadual dos Transportes Metropolitanos de São Paulo, para se ajustar ao quadro de expansão que o País está vivenciando, há muito por fazer. “No Estado, nossa capacidade de investimento será de R\$ 80 bilhões neste quadriênio, o equi-



À abertura, Melo, Cardoso, Alencar, Fernandes, Haddad, Mendes Thame, Edgar Horny e Hélio Secco, os dois últimos respectivamente presidentes da VDI-Brasil (Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha) e da Faeasp (Federação das Associações de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo). Ao microfone, Murilo Pinheiro, presidente do SEESP.

valente a US\$ 50 bilhões. Há 15 anos, era de US\$ 2 bilhões/ano. Porém, estamos carreado recursos de financiamentos externos e empresas que vêm para cá. Nossa capacidade de poupança interna está em torno de 16%, ante cerca de 20% da taxa de investimento. Há, portanto, mudanças comportamentais que devemos implementar *(para mudar esse cenário)*.”

Dado o sobreuso dos recursos naturais e a expansão demográfica acelerada, o deputado federal Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP) ratificou: “Se não mudarmos nossos hábitos de consumo, não teremos na Terra os meios necessários à nossa sobrevivência.” Ainda conforme ele, é mister criar uma economia verde de modo a se fazer uma “revolução energética descarbonizando a atmosfera”. O parlamentar destacou também outros desafios, como o relativo à universalização do saneamento básico e à produção de alimentos em condições e a preços que permitam o atendimento da população global. Fazer frente a eles depende, como ressaltou Mendes Thame, de uma “ação vigorosa e consistente dos engenheiros”. O que passa pela valorização profissional, ao que temos que utilizar todos os recursos de que dispomos. “E quem vai conduzir esses processos é o sindicato”, concluiu.

Protagonismo

A busca do movimento dos trabalhadores como um todo por recuperar seu protagonismo social, tão bem desempenhado na transição da ditadura para a democracia, foi destacada na fala do analista político e sindical João Guilherme Vargas Netto. “Há uma conjuntura econômica favorável a isso e governos amigáveis em vários níveis. Tudo o que for feito nessa direção contribui para essa concepção estratégica.” Para ele, três elementos vão materializar esse objetivo: aumentar a participação dos salários na renda nacional, hoje em torno de 40%, até 2022 em dois pontos percentuais acima do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), ao que a luta dos engenheiros por valorização profissional é componente importante; garantir a unidade de ação; e casar a pauta sindical com a da sociedade.

Entre os projetos que cumprem esse papel, foi abordado o “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” e o de criação do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia). Em andamento, este foi apresentado pelo seu diretor-geral, Roberto Lobo, e pela assessora especial dessa Diretoria, Maria Beatriz Lobo. Antonio Octaviano, secretário executivo do Conselho de Administração do Isitec, indicou que sua instituição, oficializada em assembleia realizada no sindicato no dia 18 de

janeiro último, é resultado de um rico processo. A partir do diagnóstico feito pelos engenheiros no projeto “Cresce Brasil”, que culminou com uma série de discussões, inclusive no Conselho Tecnológico do SEESP, pensou-se em se dar um passo além. “Percebemos que a essa entidade e à FNE não era dada outra atitude que não assumir o desafio de criar uma instituição de ensino voltada à inovação, que abarcasse desde a graduação até a pós. O Isitec já está sendo implantado.”

Quanto ao “Cresce Brasil” – lançado em 2006 pela FNE com a adesão do SEESP e demais sindicatos a ela filiados e atualizado em 2009, que propugna por uma plataforma nacional de desenvolvimento sustentável com inclusão social –, seu coordenador técnico, Fernando Palmezan Neto, deu ênfase à fase atual, em que está em discussão o legado a ser deixado pós-Copa 2014.

Na linha de trabalho coletivo, um dos temas abordados durante o IX Cetic foi a ação comum da CNTU, FNE e sindicatos dos engenheiros. A exemplo do trabalho que vem sendo feito pela federação com o “Cresce Brasil”, Allen Habert, diretor da confederação, destacou que essa entidade igualmente busca seu protagonismo junto aos temas de interesse nacional. Assim, tem realizado encontros em que vem debatendo questões amplas, como qualidade nos serviços públicos, desenvolvimento e infraestrutura industrial e urbana, banda larga e outros. Iniciadas em Maceió em maio último, essas iniciativas ocorrerão em outras três capitais e culminarão num grande evento nacional, a se realizar em São Paulo, em 25 de novembro próximo. O tema será “A classe média e a democracia brasileira”. Além de sua abordagem, na ocasião, serão lançados o “conselho de mil cabeças”, vinculado à CNTU, com caráter consultivo; e a premiação de personalidades profissionais em diversas categorias. “O País tem muito a ganhar no momento em que unificarmos as camadas médias, a nossa federação e sindicatos em torno de um projeto”, enfatizou Habert.

Sistema Confea/Creas

Essa foi a ideia que predominou durante o último dia do Cetic, quando se discutiu

“Um novo caminho para o Sistema Confea/Creas”, cujas eleições estão marcadas para 8 de novembro próximo. Pinheiro ressaltou a premência de unidade nas ideias e ações para se garantir que esses conselhos atendam não apenas os anseios dos profissionais, mas de toda a sociedade. Participaram do debate no congresso em Barra Bonita o pré-candidato à Presidência do Confea Álvaro Cabrini e os postulantes a concorrer aos Creas Edson Kuwahara (Amapá); Flávio Correia de Sousa (Distrito Federal); Luiz Benedito de Lima Neto (Mato Grosso); Marcos Camoelas (Roraima); José Mendes de Souza Moura (Piauí); Carlos Bastos Abraham (Santa Catarina); Marcelo Costa Maia (Tocantins); e Amaury Hernandez (São Paulo). Presidente da Delegacia Sindical do SEESP em São José do Rio Preto, esse último conclamou todos a que se unam em torno de suas ideias e trabalho, em prol dos profissionais.

Já Cabrini salientou que o objetivo é fazer “uma verdadeira revolução no Sistema”. “Podemos fazer uma série de coisas. Focando na atividade-fim do Confea/Creas, estaremos exercendo o enorme papel de parceria com a sociedade e os sindicatos.” Nesse sentido, entre as propostas estão resgatar a dignidade dos congregados aos conselhos, com fiscalização efetiva e adequada do exercício ilegal da profissão. E, aliando-se à visão mais ampla de luta pelo desenvolvimento sustentável nacional, levar para dentro dos conselhos o projeto “Cresce Brasil”.

Articular ações sindicais e em prol da sociedade é objetivo estratégico do movimento dos trabalhadores, como indicou o evento.



Postulante a concorrer ao Crea-SP, Amaury Hernandez fala aos engenheiros no púlpito. À mesa, demais pré-candidatos a disputar as eleições do Sistema.



Dirigentes sindicais de todo o Estado e País estiveram reunidos em Barra Bonita.



Garantir *cidadania plena* a pessoas com deficiência

Soraya Misleh

ESSE É OBJETIVO precípua do Programa de Inclusão da Pessoa com Deficiência da SRTE-SP (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo), ao assegurar o direito fundamental ao trabalho a esses cidadãos. A informação foi dada pelo coordenador da iniciativa, José Carlos do Carmo. Segundo ele, no Estado, 17.561 indivíduos nessa condição foram contratados em 2010.

Além de atuar na fiscalização de empresas nos 645 municípios paulistas, o programa – que é parte de projeto nacional de inserção instituído junto ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) – visa envolver a sociedade. Nesse sentido, na sua visão, os engenheiros podem cumprir papel fundamental.

Conforme Carmo, o assunto começou a ser tratado enquanto prioridade na localidade há cerca de cinco anos, como decorrência da normatização pelo governo federal do

cumprimento da Lei nº 8.213. Esta, em seu artigo 91, obriga as empresas com 100 ou mais funcionários a reservarem percentual das vagas a pessoas com deficiência. A cota varia de 2% a 5% do total. “Na sua concepção, a implantação do programa só se deu cerca de mais de dez anos depois da aprovação da lei – que é de 1991 – porque o poder público, de certa maneira, refletiu a importância dada pela sociedade para a questão, a qual felizmente tem crescido. “Hoje é uma ação desenvolvida para o País inteiro, mostrando que cada vez mais ganha força essa bandeira.” Apesar dos avanços, para ele, a prática, mesmo na área de educação, cuja legislação é bastante inclusiva, não vai nesse sentido. “No mundo do trabalho então nem se fala, os processos seletivos das empresas, ainda que não coloquem explicitamente, são cheios de valores preconceituosos”, enfatizou o coordenador.

O tema está em discussão na Câmara Paulista pela Inclusão da Pessoa com Deficiência no Estado de São Paulo, espaço privilegiado ao controle e participação popular. De acordo com Carmo, outra questão que tem sido debatida bastante é “a necessidade de um observatório em que possamos centralizar as informações existentes e, a partir da análise desses dados, tentar estabelecer diagnósticos e propostas de trabalho”.

Atuação

Com base no sistema de dados disponível atualmente, segundo o coordenador, são identificadas as companhias que têm 100 ou mais funcionários e a matriz é neste Estado. “São convocadas para o que chamamos de fiscalização indireta. Em outras palavras, o auditor não vai até as empresas, mas elas são

chamadas a comparecer à superintendência ou às gerências regionais em se tratando de estabelecimento no interior.” Pela dinâmica estabelecida, são notificadas a obedecer à legislação. O prazo para tanto, em princípio, é de no máximo 120 dias e, se preciso, a companhia é autuada. “Mas, quando necessário, fazemos o que chamamos de acordo tripartite, em que buscamos envolver de forma coletiva determinado segmento econômico.”

Nesses, ainda como complementa ele, “negociamos prazos maiores, normalmente de até três anos, metas de contratação a serem cumpridas e chegamos a um consenso sobre quais medidas as empresas se comprometem a executar, visando haver qualidade nesse processo. Dessas, destacamos aquelas voltadas à capacitação de pessoas com deficiência, para a identificação das barreiras no ambiente de trabalho e o compromisso de eliminá-las”. Nos acordos, ressalta-se ainda, como explicita o coordenador na SRTE-SP, que “os programas de prevenção de riscos ambientais, assim como os de controle médico de saúde ocupacional devem ter no seu conteúdo questões referentes à inclusão”. Faz parte também a constituição de comissões de acompanhamento do processo nas empresas. Além disso, como conclui Carmo, “colocamos que a inclusão deve ser discutida nas Cipas (*Comissões Internas de Prevenção de Acidentes*), na falta de outra forma de organização dos trabalhadores nos seus locais. A ideia é envolvê-los nesse processo. A empresa se compromete a sensibilizá-los a conviver com a pessoa com deficiência, o que é fundamental dada a falta de cultura de inclusão no nosso país”.



Acervo S.A. Paulista

Funcionária da S.A. Paulista, empresa que integra programa de inclusão do Ministério do Trabalho.

DELEGACIAS DO SINDICATO – **ALTAMOGIANA:** Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ALTO TIETÊ:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: mogidasacruz@seesp.org.br. **ARAÇATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURU:** Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACAREÍ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. **LINS:** Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3523-2890 – E-mail: seespplins@terra.com.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRESIDENTE PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjoc@hotmail.com. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seespauptate@vivax.com.br.



Propostas aprovadas

Cetesb – O Acordo Coletivo de Trabalho foi assinado no dia 14 de junho, conforme resultado da assembleia de 31 de maio, quando os engenheiros aprovaram a contraproposta da empresa, suspendendo a greve que ocorreria em 3 de junho. Entre os principais pontos do acordo estão reajuste salarial de 6,39%, conforme IPC-Fipe, extensivo ao vale-refeição; aumento de 10% no vale-alimentação, auxílio-creche e auxílio excepcional; e garantia de emprego a 95% do efetivo de pessoal.

Sabesp – Após paralisação no dia 1º de junho, os engenheiros aprovaram em assembleia a proposta da empresa. O acordo foi assinado em 7 de junho e prevê reajuste salarial de 8% a partir de 1º de maio, cesta básica de R\$ 160,00; vale-refeição de R\$ 20,00;



Ato de assinatura do acordo com a Cetesb, que garantiu conquistas à categoria.

reajuste de 10% no auxílio-creche; gratificação de férias de R\$ 1.153,05; e garantia de emprego a 98% do quadro.

Metrô – Em reunião no dia 3 de junho, a categoria aprovou contraproposta da empresa e suspendeu o estado de greve. Estão garantidos 6,39% de reajuste salarial, conforme IPC-Fipe, mais 1,51% de aumento real. O total de 8% é

extensivo ao vale-refeição. Os engenheiros conquistaram ainda 50% de aumento no vale-alimentação; auxílio-creche sem limite de idade no caso de filhos com deficiência; participação nos resultados envolvendo uma parcela fixa determinada por faixas salariais e uma variável de até 60% do vencimento mediante programa de metas.

Sede própria em Santos

A exemplo do que já ocorreu em Bauru, Campinas, Grande ABC, Lins, Marília, Pindamonhangaba, Presidente Prudente e São José dos Campos, o SEESP agora tem sede própria também na Baixada Santista. Nessa, foi feita aquisição do imóvel no qual a delegacia já funcionava (na Avenida Senador Pinheiro Machado, 424) mediante locação. A escritura foi assinada no dia 3 de junho pelo presidente do sindicato, Murilo Celso de Campos Pinheiro, na presença de outros dirigentes que prestigiaram o ato. De acordo com o presidente da delegacia, Newton Guenaga Filho, a sede será reformada visando maior conforto da categoria, com novas salas administrativas, espaço multiuso e área de lazer.

Espaço novo em Pindamonhangaba



Dirigentes estaduais e locais do SEESP e autoridades municipais prestigiam inauguração da sede.

O SEESP inaugurou a sede da delegacia sindical na cidade no dia 13 de maio último. A solenidade contou com a presença de diversas autoridades, entre elas a vice-prefeita Myriam Alckmin que representou o prefeito João Antonio Salgado Ribeiro. Segundo o presidente da delegacia, André Sierra Filho, a aquisição foi motivo de grande orgulho

FNE representada no ConCidades



Empossados ao segmento dos trabalhadores no Conselho Nacional das Cidades ladeiam o ministro Negromonte (ao centro).

A cerimônia de posse do ConCidades (Conselho Nacional das Cidades) aconteceu no dia 8 de junho, no Palácio do Planalto, em Brasília, e contou com a participação de inúmeras autoridades, entre elas o ministro das Cidades, Mário Negromonte. Na ocasião, o representante da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), Laerte Conceição Mathias de Oliveira, foi empossado titular da 4ª gestão do ConCidades, com mandato de

três anos. Escolhido pelo segmento dos trabalhadores, Oliveira discorreu sobre a importância do conselho, que é formado por órgãos governamentais, empresários, movimentos populares, ONGs, entidades profissionais, acadêmicas e sindicais. Ele ressaltou também a necessidade premente de implementar a PNDU e o SNDU (respectivamente Política e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano).



Sem avanços

Em 13 de junho, os engenheiros da CPTM, reunidos em assembleia, deliberaram por rejeitar a proposta da empresa apresentada na audiência de instrução e conciliação realizada no TRT (Tribunal Regional do Trabalho) no dia 10 do mesmo mês. A companhia ofereceu apenas 1,75% de reajuste e 1,5% de aumento real. A categoria se mantém em estado de greve. O julgamento do dissídio ocorreria em 15 de junho. A data-base é 1º de março.

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Categoria pode ajudar a construir norma em altura

Está em discussão a elaboração de norma regulamentadora para trabalho em altura. O grupo tripartite formado para tanto, a partir de sugestão da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), concluiu no dia 1º de junho seu trabalho. Após análise e ajustes do setor normativo do Ministério do Trabalho e Emprego, o texto seguirá para consulta pública, o que deve se dar entre agosto e setembro próximos. A categoria pode, desde já, contribuir para a redação da minuta a ser apreciada, ao acessar a proposta na *site* www.seesp.org.br.